



# Licença de Operação

Processo Nº 23/104545/2011

LO Nº: 392

Ano 2015

Nº Licença Anterior: NÃO

Data de Expedição:

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL/MS, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEMADE/MS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014, EXPEDE a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO, em consonância com a Lei nº 90, de 02/06/1980, regulamentada pelo Decreto nº 4.625, de 02/06/1988, de acordo com a Lei nº 2.257, de 09/07/2001, alterada pela Lei nº 3.992, de 16/12/2010 e normatizada através da Resolução SEMAC nº 08 de 31/05/2011.

**Requerente:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. CPF/CNPJ: 03982931000120  
**SANESUL**

**Endereço do Empreendimento:** RUA JUPIÁ, S/N.

**Complemento:**

**Bairro:** VILA PILOTO

**Município:** Três Lagoas

**CEP:** 79040-040

**UF:** MS

**Bacia Hidrográfica:** Paraná/Rio Sucuriú

**Corpo Receptor:** RIO PARANÁ

**Área Ocupada Prevista:**

**Área Total:**

**Atividade:** 7.29.1 – SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO – CONTEMPLANDO, ELEVATÓRIA, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE E EMISSÁRIO.

**capacidade:** 80 litros

**VALIDADE LICENÇA:** 04 ano(s)

**coordenada S:** 20°47'24,31"

**coordenada W:** 51°37'59,14"

## Condicionantes Específicas:

1. Esta licença autoriza a operação da Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 80 L/s, das Estações Elevatórias e linhas de recalque São João, Olaria e Guanabara. O Sistema de Tratamento de Efluentes implantado consiste em: 01 dispositivo para descarga de autofossa, 01 conjunto de tratamento preliminar, 01 elevatória de lodo, 01 tanque de equalização, 02 reatores UASB (40 L/s cada), 01 BIODRUM e 12 leitos de secagem. O efluente tratado é lançado no Rio Paraná através de um emissário a 12 (doze) metros de profundidade, cujo ponto de lançamento se encontra na coordenada geográfica 20°47'17.25" (S) e 51°37'50.73" (W);
2. Os 69.998 km de rede coletora e as ligações domiciliares (3.780 unidades) estão isentos de Licenciamento ambiental conforme Art. 1º da Resolução SEMAC nº. 012 de 01/07/2008;
3. O Empreendimento deverá operar em conformidade com o projeto, memorial descritivo e Sistema de Controle Ambiental – (SCA) aprovados por este IMASUL/SEMADE/MS;
4. Deverá ser apresentado a este IMASUL/SEMADE/MS o Relatório semestral de execução do Plano de Automonitoramento – PAM, acompanhado da respectiva Documentação de Responsabilidade Técnica, no máximo 10 (dez) dias após um período respectivo de coleta de dados, contados a partir da data de assinatura desta Licença, contemplando para cada monitoramento realizado: tipo e local de amostragem com as devidas coordenadas geográficas (Datum Horizontal SIRGAS 2000). A avaliação técnica dos dados obtidos deverá conter: confrontação com a legislação ambiental pertinente, apresentação dos boletins analíticos das amostras, propostas e medidas efetivas de remediação de situações identificadas como desconformes (caso identificadas). O monitoramento deverá seguir os parâmetros e periodicidades abaixo descritos:
  - A) Eficiência do sistema de tratamento de efluentes, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser coletadas mensalmente, na entrada e saída do sistema, contemplando os seguintes parâmetros: vazão, temperatura do ar e da amostra, pH, DBO5,20, DQO, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal Total, Cloreto, Sólidos Suspensos, Materiais Sedimentáveis e coliformes termotolerantes;
  - B) Qualidade das águas superficiais, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser coletadas mensalmente a montante e a jusante do ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, imediatamente após a zona de mistura, contemplando os parâmetros: vazão, cor, turbidez, pH, DBO5,20, DQO, Oxigênio Dissolvido, Condutividade elétrica, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal total, Óleos e Graxas (informar se ausentes ou presentes virtualmente no momento da coleta), Cloreto, Sólidos Dissolvidos Totais, coliformes termotolerantes, nitrato, nitrito;
  - C) As coletas das amostras dos efluentes e das águas superficiais deverão ser realizadas na mesma data e com o menor intervalo de tempo possível.
5. O lançamento dos efluentes deverá apresentar padrões de qualidades de forma a não alterar a classe em que o corpo receptor esta enquadrado visando atender a Deliberação CECA nº 036/2012 e a Resolução CONAMA nº 357/2005, complementada e alterada pela Resolução CONAMA nº 430/2011; CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECIFICAS ÀS FLS. 02/03...../



**CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS DA LO Nº 392/2015.**

- 6.Os resíduos sólidos gerados deverão ser recolhidos, coletados, armazenados temporariamente em abrigos que atendam as recomendações técnicas e deverão ser apresentados os relatórios semestrais dos mesmos, onde deverão constar os referidos manifestos de transportes e destinação final;
- 7.Para a remoção do lodo proveniente da ETE, deverá ser apresentado a este IMASUL/SEMADE/MS o cronograma de remoção com antecedência mínima de 1 (um) mês contemplando planejamento para disposição final do mesmo;
- 8.Fica proibido o lançamento de lodo "in natura", proveniente da ETE, diretamente no solo;
- 9.Deverá ser mantida a cortina arbórea no entorno da ETE;
- 10.Os equipamentos, tampas, medidores de vazão devem ter manutenção constante para evitar derramamento, vazamentos e odor;
- 11.Os operadores da ETE deverão utilizar uniformes e EPI's;
- 12.Não permitir o acesso de águas pluviais na rede coletora de esgoto;
- 13.Deverá manter limpo e sem vegetação (acero) o caminho de acesso ao ponto de lançamento de efluente no corpo hídrico receptor para fins de fiscalização;
- 14.O entorno da atividade deverá permanecer limpo e em condições adequadas de higiene;
- 15.Fica proibida emissão de substâncias odoríferas em quantidades que possam ser perceptíveis fora da área da propriedade do empreendimento;
- 16.Deverão ser adotadas medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos e assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, visando assegurar a não contaminação, do solo, dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;
- 17.Fica proibida ampliação de área, bem como aquisição de equipamentos sem a devida autorização do IMASUL/SEMADE/MS;
- 18.Deverá atender as disposições das Especificações de Proteção contra Incêndios aprovadas pelo Decreto nº 5.672, de 22 de outubro de 1990 e suas alterações, e Lei Estadual nº 4.335, de 10 de abril de 2013;
- 19.Empreendimentos geradores de efluentes líquidos, efetiva ou potencialmente poluidores das águas de domínio do Estado de Mato Grosso do Sul, ficam notificados a apresentarem, até o dia 31 de março de cada ano, a Declaração de Carga Poluidora referente ao ano civil anterior, considerando as indicações contidas na Resolução CONAMA n. 357, de 17 de março de 2005, conforme dispõe a Resolução SEMAC n. 29, de 28 de dezembro de 2011;
- 20.Quando o IMASUL/SEMADE/MS implantar o instrumento de outorga de direito de uso dos recursos hídricos, o empreendedor deverá proceder a sua regularização, em atendimento à Lei Estadual Nº 2.406, de 29 de janeiro de 2002, e Decreto Nº 13.990, de 2 de julho de 2014;
- 21.Usuários de recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado de Mato Grosso do Sul deverão realizar junto ao ÓRGÃO AMBIENTAL o Cadastro de Usuários dos Recursos Hídricos conforme dispõe a RESOLUÇÃO SEMAC Nº 05, de 27 de junho de 2012.



## CONDICIONANTES GERAIS DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 392 / 2015

1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
2. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
3. O IMASUL/SEMADE/MS reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Sistema de Controle Ambiental;
4. Qualquer alteração na Titularidade e/ou Razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente ao IMASUL/SEMADE/MS;
5. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este IMASUL/SEMADE/MS;
6. Esta licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
7. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
  - I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
  - II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
  - III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

---


**VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA:** 04 ano(s) da data de sua assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias anterior ao seu vencimento

---

Campo Grande, 10 AGO 2015

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico  
Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

  
Jaime Elias Verruck  
Diretor Presidente  
IMASUL

